



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 19/2014

Da reunião pública Extraordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 30 de outubro de 2014

----- Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e catorze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo dos Santos Gonçalves, José Carlos da Palma Pereira, Paulo Jorge Cavaco Paulino, Dalila Manuela Costa Barros e José D'Assunção Pereira Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2015:** Foram presentes os documentos em epígrafe, respeitantes ao exercício do ano de 2015, tendo o sr presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usado da palavra para realizar uma breve explicação, nomeadamente que os referidos documentos foram elaborados de acordo com as normas e princípios expressos no âmbito do quadro legal em vigor, e em

conformidade com aquela que é a estratégia de gestão municipal a curto, médio e longo prazo, sendo os objetivos primordiais a melhoria das condições de vida das populações, através da concretização de medidas eficazes na promoção da empregabilidade, saúde, educação e combate à exclusão social, os recursos públicos, a operacionalização de uma política de desenvolvimento do concelho responsável, integrada na sustentabilidade do território, a promoção de uma dinâmica assertiva e profícua, com as diversas entidades, bem como promoção da cidadania informada ativa e responsável, etc. Findou referindo que no referido documento encontram-se explanadas igualmente as intenções política e técnica do executivo permanente, passando de seguida a palavra aos srs. vereadores para algum esclarecimento adicional. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que “*esperava*” uma explicação mais pormenorizada em relação ao documento em discussão, visto que o mesmo é importante para a Edilidade, e como não o elaboraram “*solicita*” esclarecimentos sobre alguns assuntos, designadamente qual a razão, da proposta, referente à autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal vir em anexo ao Orçamento, “*se estamos a falar, como o presidente referiu, de ponto único*” e sendo matérias completamente distintas considera que o assunto deve ser presente numa próxima reunião do executivo, dado que poderá existir intenções de voto diferentes, e visto o orçamento entrar em vigor em janeiro de 2015. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para mencionar que teve o mesmo entendimento, aquando da análise dos documentos, no entanto, foi-lhe dito “*que em outros anos tem sido sempre assim*”, tendo o vereador sr. José Carlos Pereira intervindo para mencionar que essa obrigatoriedade só existiu desde o ano passado. -----

----- O presidente da Câmara Sr. Osvaldo Gonçalves interveio para solicitar a intervenção/colaboração do coordenador do Serviço de Contabilidade, Gestão Financeira e Patrimonial (SCGFP), Sr. Fernando Cavaco, a fim de prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- O coordenador, sr. Fernando Cavaco interveio para mencionar que em sua opinião a referida proposta deve ser votada em conjunto com o orçamento, e que em anos transatos essa obrigatoriedade não era imposta, e

como tinha esse entendimento induziu o presidente em erro, no entanto, *“assume a responsabilidade”*. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que não coloca em causa o entendimento do coordenador, sr, Fernando Cavaco, porém, entende que são documentos completamente distintos, e como tal poderão existir diferentes intenções de voto. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para mencionar que esse foi sempre o seu entendimento, e *“que como já foi aqui referido, fui induzido em erro”*, e nesse sentido retira a proposta para ser presente às próximas reuniões de Câmara e Assembleia Municipal. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para referir que o senhor presidente, em entrevista recente, citou que *“definiu como prioridade o combate à desertificação e que o mesmo passa pelo incentivo da camada jovem, referindo numa recente entrevista, que Alcoutim caiu nos últimos 20 anos, num marasmo sob o comando do executivo liderado por Francisco Amaral, bem como que aconteceu durante muitos anos foi o abandono dos jovens”*, e nesse sentido relembra as infraestruturas executadas, pelo anterior executivo *“a construção da Escola de Martim Logo, as piscinas municipais, os pavilhões desportivos de Alcoutim e Martim Longo, o Centro Náutico, o campo relvado, a praia fluvial, os ginásios, os polidesportivos, as medidas de apoio à educação, aos alunos, os transportes escolares, o pagamento das refeições aos alunos, bolsas de estudo, apoio às Associações desportivas, etc., etc.*. Findou questionando quais as medidas novas para os jovens, que tomou e contemplam o orçamento para 2015, o valor das verbas que vai investir, bem como as medidas para a fixação dos mesmos? -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que a intervenção anterior foi *“descabida e descabelada, e é preciso ter lata, para vir falar disso, pois dessa entrevista, muito havia para tratar”* em relação ao assunto que se encontra em discussão, dado, que existem dados/números em anuários/censos, que refletem a redução existente durante 20 (vinte) anos do número de pessoas no concelho de Alcoutim, bem como que é uma *“constatação”* que a desertificação é um fenómeno que assola o interior o país. Continuou referindo, que a nível de investimentos

para a criação de postos de trabalho, combate à desertificação e apoio aos jovens, veem vertidos e identificados dados/verbas no documento em discussão, no entanto, existem algumas imposições da Lei que devem ser cumpridas. Ainda referiu que se encontram explanadas/identificadas no documento, as intenções do executivo permanente, nomeadamente a criação do espaço cidadão, em Martim Longo, *“ao qual o senhor votou contra”*, e que em termos de perspetivas e investimento *“iremos ter como ponto de partida”* a dinamização do parque industrial, para criar desenvolvimento na criação de emprego. A nível de apoios sociais, designadamente aos jovens, Associações, Juntas de Freguesia, etc, mencionou que se encontram igualmente vertidos no documento, *“e que é a segunda vez, em muitos anos, que a Câmara Municipal tem a preocupação de espelhar em orçamento, verbas destinadas às Juntas de Freguesia”*, ao qual o vereador sr. José Carlos Pereira aludiu *“não diga isso, nem brincando”*. -----

----- O vereador sr. José Galrito usou da palavra para alertar que é importante *“respeitar a opinião de cada um, e que mal feito seria se não tivessem feito nada”*, pois durante os 20 anos de gestão do Partido Social Democrata (PSD) *“estavam-lhe”* constantemente a afirmar que *“as coisas valem o que valem”*, tendo o vereador sr. José Carlos Pereira intervindo para mencionar que *“gostam muito de se refugiar no passado”* e que no momento *“estamos”* a debater o orçamento, não tendo obtido qualquer resposta. -----

O vereador sr. José Galrito continuou a sua intervenção mencionando que os investimentos realizados no pavilhão da Escola e Campo de Futebol Municipal *“valem zero”*, dado, que não reúnem as condições necessárias a nível de medidas, e que alertou várias vezes, como vereador da oposição para esse facto, no sentido *“de conservar o dinheiro e realizar um investimento maior”*. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que *“temos que ser um pouco mais verdadeiros, pois a obra do pavilhão não foi da Câmara Municipal, e que existia na altura uma imposição, por parte das entidades europeias, que co-financiaram a obra, para que as medidas do projeto fossem cumpridas. Finalizou questionando “os jovens praticam lá desporto ou não?”*-----

----- A vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para mencionar, no seguimento das intervenções *“porque eu não estava aqui antes, nem frequentava as reuniões da Câmara e Assembleia Municipal, porque a politica infelizmente não me interessa, é que há 20 anos atrás nada interessa, só agora tudo presta e é bom, Alcoutim vai ser o melhor concelho do País”*. -

----- O vereador sr. José Galrito usou da palavra para frisar que apenas identificou duas obras e que também levou a *“engolir”* durante vários anos a gestão do presidente sr. Manuel Cavaco e *“não tinha nada que ouvir”*. Findou referindo que o PSD teve 20 anos de gestão *“e fez coisas boas e más”*, ao qual a vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros mencionou que *“fez coisas tão bem, que vocês continuam com elas”*. O vereador continuou a intervenção frisando que durante os quatro anos do mandato, para o qual foram eleitos, apresentarão ideias/opiniões, porém, deverá imperar o respeito por cada opinião demonstrada. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para referir que apenas levantou o *“mote”* em relação às intensões do senhor presidente, na gestão da Câmara Municipal/concelho de Alcoutim, e como tal considera importante solicitar esclarecimento (s) sobre o *“que foi espelhado”* na entrevista, tendo de seguida solicitado novamente elucidações sobre as questões apontadas, no que concerne às verbas direcionadas para os jovens, frisando igualmente que o senhor presidente *“apenas respondeu que é preciso ter lata para trazer isso à reunião de Câmara”*. Continuou ainda mencionando que coloca as questões que bem entender, uma vez que *“não vê nada”* espelhado em orçamento, e nesse sentido considera que o documento poderia ser elaborado de diferente forma, pois é um péssimo orçamento, porque temos despesas correntes *“a aumentar com um valor nunca visto, em 17 anos que estive na Câmara Municipal, nunca as despesas correntes chegaram àquele valor”*. Em relação *“ao seu voto contra”* no que concerne ao espaço de cidadão, em Martim Longo, mencionou que existe explicação para a sua intenção de voto, encontrando-se explanada na declaração de voto apresentada, aquando da discussão do assunto, voltando a referir de seguida que *“o seu voto contra foi por incapacidade do sr. presidente negociar com o ministro de tutela , em relação a mais espaços de cidadão, ao contrário do*

que outras Autarquias fizeram, porque foi-lhe apresentada uma solução e abdicou dela ”. Referiu também que “é intensão” do Governo a criação de uma loja do cidadão por cada concelho, e como tal entende que poderíamos ter quatro espaços de cidadãos, em quatro localidades diferentes (Pereiro, Giões, Martim Longo e Vaqueiros), sendo que o assunto/matéria, como é de conhecimento geral, começou a ser negociado no anterior executivo, com a finalidade de população/municípios possuírem acessos mais facilitados dos serviços camarários. Em relação à criação de postos de trabalho, com a dinamização do espaço industrial referiu que também não se encontra explanado em orçamento e como prioridade para o ano de 2015, tendo o vereador sr. José Galrito referindo que “ sabe o que o senhor me dizia? a rubrica está aberta...”, informando de seguida que a qualquer momento, poderemos capitalizar verba para essa rubrica, pois “a prioridade faz-se com a oportunidade”. Em relação aos pavilhões desportivos frisou que o assunto foi explicado “na altura”, todavia relembra que os mesmos foram negociados, “por uma pessoa que ajudou muito Alcoutim” e que esteve na Direção Regional de Educação do Algarve, Dr. António Pina, membro do Partido Socialista (PS), e ao qual “rasga grandes elogios”, pela disponibilidade demonstrada neste processo, uma vez que só estava previsto a construção de um pavilhão em Alcoutim, ao qual o vereador sr. José Galrito mencionou que durante o desenvolvimento do processo “alertou” para que mesmo fosse construído em outro local.-----

----- O Vereador sr. Paulo Paulino interveio para acrescentar que houve uma diminuição de despesas correntes, em relação ao ano transato, ao qual o vereador sr. José Carlos Pereira adiantou que em 17 anos de executivo PSD as mesmas nunca atingiram esse montante. O vereador sr. Paulo Paulino continuou a sua intervenção frisando que a fixação dos jovens deve incidir na criação de meios/indústrias de animação turística (paisagens/ambiente), restauração, panificação, carpintarias, etc, de modo a existir algum “movimento” no concelho, dando como exemplo o Festival Gastronómico, que atrai muitos visitantes a Alcoutim. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que “por muitas medidas que sejam tomadas”, só existe a fixação dos jovens

se houver a criação de emprego, e que apesar do despovoamento que se sente em Alcoutim considera importante que existam políticas que contrariem/minimizem esse fenómeno, dando de seguida como exemplo, as infraestruturas criadas pelos executivos PS e PSD, para melhorar as condições de vida dos munícipes, nomeadamente vias de comunicação/água e saneamento básico, etc. Prosseguiu frisando que *“como o investimento privado, tarda em aparecer e com a crise que o país atravessa”* a prioridade da Autarquia deverá passar pela criação de emprego a curto prazo, com políticas de incentivo e investimentos. Continuou mencionando que em sua opinião o turismo de lazer/saúde era uma excelente aposta dado que colocava a economia local a *“funcionar e talvez Alcoutim fosse uma referência a nível nacional”*, e que não vê no momento nenhuma empresa a fixar-se a curto prazo no concelho e que crie vários postos de trabalho, e nesse âmbito *“urge”* criar essas medidas, relembrando de seguida o *“movimento criado”* em redor das empresas locais com a construção do Lar de Balurcos e posteriormente com o de Martim Longo. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino interveio para mencionar que *“o que dita a viabilidade de qualquer coisa”* é a procura, e neste momento com mais uma infraestrutura em Martim Longo, *“vamos ver se existe”* a necessidade de mais equipamentos/edifícios sociais e que tenham parcerias/acordos com a segurança social. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para corroborar com o referido, no que concerne à construção de Lares, e referir que existem *“bastantes”* Lares privados, a nível regional, no entanto, considera importante existir uma aposta no desenvolvimento dessas infraestruturas de acolhimento e apoio aos idosos. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino interveio para frisar que *“defende igualmente os Lares”*, todavia, a *“sua”* preocupação é que a oferta seja excessiva e maior que a procura, dando como exemplo as creches, a nível regional/concelhio, e como tal é da opinião que deve ponderar o bom senso e *“calma”*, para resolver certos assuntos/matérias. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para frisar que *“quando fala”* na construção de mais infraestruturas sociais (turismo saúde/

sénior), *“está a pensar”* a nível nacional/internacional, dado que a região do Algarve é dotada de um *“excelente e apetecível”* clima, e como tal considera que essa aposta era o melhor caminho para Alcoutim, uma vez que existe uma grande procura, nesse âmbito, por parte dos estrangeiros. Considerou ainda que a construção de Lares criará um movimento económico, de modo a cobrir as necessidades de todo o concelho, potenciando a criação de novos postos de trabalho, etc. Findou referindo que não *“nos podemos esquecer”* que ao existirem acordos da Segurança Social *“não podemos instalar só os idosos de Alcoutim”*, uma vez que há regras/normas impostas, por essa entidade. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que é da opinião que a criação dessas instituições dinamiza a economia e cria postos de trabalho, porém, *“têm pena que durante 20 anos tivéssemos falado em lares e tivéssemos construído um lar, quando a Comissão Europeia nos mandava dinheiro a correr por uma telha, e agora existam tantas restrições/limitações ao financiamento, por parte do próximo quadro comunitário, e o senhor queira construir quatro lares, quando nós temos dificuldade em criar quatro lojas do cidadão”*. Deu nota igualmente que se encontra registado o voto contra do vereador sr. José Carlos Pereira, em relação à criação do espaço cidadão, *“e isso é que conta, podendo agora dizer o que quiser em relação a isso”*. Findou referindo que em termos de dinamização do comércio local/empresários, a Edilidade tem tido uma preocupação acrescida, *“que se calhar nunca foi feita aqui”*. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para frisar que *“é a maior barbaridade que o senhor está a dizer, quer dizer que nós nunca comprámos nada no comércio/empresas local?”*. Continuou a sua intervenção questionando qual o valor da verba contemplada em orçamento para 2015 e quanto reduziu, a nível de Ação Social, *“já que referiu que a conjuntura da crise faz-nos ter a Ação Social sempre bem apoiada”*. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Goncalves interveio para mencionar que *“difícilmente nós conseguiríamos elaborar um orçamento do seu agrado”*, dado que existem entendimentos/opiniões diferentes. Finalizou referindo que a *“nossa”* estratégia em termos orçamentais encontra-se plasmada *“neste documento”* e condicionada às limitações que *“nós temos*

hoje”, tendo consciência que as despesas correntes devem diminuir. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino interveio para mencionar que houve uma redução, na ordem dos 60%, em comunicações móveis. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para questionar sobre o montante previsto para as comunicações no ano de 2015, ao qual foi esclarecido pelo vereador sr. Paulo Paulino que a verba despendida foi reduzida e é na ordem dos € 80.000,00 (oitenta mil euros). O vereador sr. José Carlos Pereira continuou a sua intervenção referindo que é uma verba excessiva para gastar em comunicações (telefone fixo e móveis), e daí ter alertado para a discrepância/diferença existente de valores, na rubrica da Ação Social, *“quando o senhor diz que a conjuntura da crise faz-nos ter a Ação Social sempre bem apoiada”*. Findou referindo que é *“um mau orçamento, uma má decisão, dado que o senhor presidente esbanja dinheiro ou não se preocupa em reduzir as despesas correntes e tira-as de outro lado, onde são mais essenciais”*. -----

----- O presidente sr. Osvaldo Gonçalves interveio para acrescentar que a preocupação da Edilidade a nível de Ação Social, *“tem sido”* dar resposta aos casos que são apresentados, *“sendo curioso que quando os mesmos são apresentados/discutidos, em reunião do executivo, o senhor vota contra ou abstêm-se”*. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para aludir *“que lá está o sr. presidente a interpretar tudo mal, e se quer ir por aí se calhar vai ter problemas”*, uma vez que *“foram tomadas decisões”* nesta Autarquia, que *“nós alertamos”* em função da legislação em vigor e *“o senhor não nos quer ouvir”*, dando como exemplo os pareceres/informações apresentados, no que concerne às Juntas de Freguesia, questionando ainda porque razão *“é que não dá os montantes às Juntas de Freguesia, que foram aprovados há algum tempo?”*. Continuou referindo que o presidente não *“deve colocar palavras na minha boca que eu não disse, no que concerne aos votos contra nos apoios da Ação Social”*, explicando de seguida que *“vota contra algumas coisas, quando o senhor presidente trás apoios que eu no passado aprovei e que não tinha dúvidas, mas que neste momento suscitam dúvidas, e agora diz que já tem pareceres que nos salvaguardam dessas situações, ao fim de muita*

insistência da nossa parte". Dando nota de seguida que nunca votou contra um apoio a famílias carenciadas, a nível de consultas, compra de óculos, medicação, etc., mas sim quando considera que os assuntos/matérias não estão a cumprir a legislação, tendo lembrado de seguida que solicitou *"logo"* no início do mandato ao presidente da Câmara, a emissão de pareceres sobre os assuntos que suscitavam dúvidas, *"ao qual senhor presidente recusou"*. Findou referindo que o presidente *"faz acusações graves, que não se passam na realidade e hoje é já a segunda vez, e eu não queria dizer que o senhor tem cometido aqui ilegalidades, não quero ir por aí, mas sabe que têm"*, ao qual o presidente, sr. Osvaldo Gonçalves esclareceu que não tem conhecimento que *"tenha cometido"* ilegalidades. -----

----- O vereador sr. José Galrito usou da palavra para frisar que os vereadores opositores *"têm que fazer um trabalho de oposição, têm que demonstrar as suas ideias e os seus argumentos"*, no entanto, deve imperar o respeito por ambas as opiniões. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para questionar se *"tem ou não liberdade para interrogar aquilo que bem entende"*, independentemente da votação. -----

----- O vereador sr. José Galrito usou da palavra para frisar que *"podem"* questionar/interrogar, no entanto, *"temos que respeitar as ideias uns dos outros"*, contudo, *"fica triste"* quando se fala em ilegalidades, dado que as desconhece, e como tal considera que deve existir um alerta, por parte do senhor vereador se tem esse conhecimento. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para citar que alertou várias vezes para essas ilegalidades, tendo solicitado pareceres e feito declarações de voto que constam em Ata, *"porque não fazemos as coisas e não dizemos as coisas só por dizer"*. Continuou referindo que foram tomadas decisões na Câmara Municipal que não foram as mais corretas e que neste momento, com a legislação que está em vigor, alguns assuntos estão ilegais, *"mas o tempo o dirá quem tem razão"*. -----

----- A vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para solicitar esclarecimentos sobre as medidas tomadas, pelo executivo permanente, sobre o edifício da extensão de saúde de Vaqueiros, dado que *"não vê nenhuma"*

verba em orçamento para essa obra". -----

----- O presidente sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para explicar que foram desenvolvidas várias ações, em conjunto com presidentes de Câmara e Junta de Freguesia, técnicos da Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS), por forma "*a tentar resolver os problemas que estiveram na origem do encerramento das extensões de Saúde*", sendo a extensão de Vaqueiros aquela que apresenta uma preocupação menor, pelo facto de ter sido encontrada uma solução a nível informático/comunicações/espço, encontrando-se no momento a aguardar uma decisão por parte da ARS, para a Edilidade executar obras de beneficiação do espaço, dando nota de seguida que existem rubricas (ação Social/saúde) em orçamento com essa finalidade, apesar de não conterem a totalidade do investimento. Findou referindo que com o saldo de gerência, a partir do mês de abril poderá, caso haja necessidade, reforçar essa verba, com vista à execução da obra, sanando assim "*um problema que afeta a freguesia de Vaqueiros*". -----

----- A vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para mencionar que em orçamento, nomeadamente a nível de serviços de saúde "*vê apenas*" montantes despendidos com protocolos com diversas entidades e intuições, com cuidados continuados, porém, nada consta no referido documento, em relação à extensão de saúde de Vaqueiros (Ação Social), ao qual o presidente sr. Osvaldo Gonçalves adiantou/esclareceu que em relação à rubrica dos protocolos, poderá vir a ser inscrita verba com essa finalidade. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para questionar se ainda não existe nada de concreto, por parte da ARS, em relação à extensão de saúde de Vaqueiros, ao qual o presidente sr. Osvaldo Gonçalves esclareceu que "*continuamos*" a aguardar resposta, por parte da ARS, tendo sido enviada comunicação/ofício, por parte da Câmara Municipal, em 22 de agosto. -----

O vereador sr. José Carlos Pereira continuou para proferir o (a) seguinte discurso/análise, que se passa a transcrever: "*A crise que afeta o País aliada aos problemas de despovoamento acelerado, falta de emprego, dificuldade em captação de investimento e dificuldades no acesso a melhores condições de saúde que afetam Alcoutim, exigem um orçamento com uma estratégia política de desenvolvimento que combata a curto prazo este flagelo. Consideramos*

por isso que as dificuldades deverão ser no âmbito do investimento que possa criar emprego a curto prazo e no apoio às famílias, o que não acontece. O Senhor Presidente afirmou que o combate à desertificação é uma prioridade e passa pelo incentivo da camada jovem à sua fixação. Ao analisarmos estes documentos chegamos à conclusão que apresentam-nos um orçamento que não vai de encontro à resolução dos problemas dos munícipes incluindo os mais jovens. Este orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2015, não apresentam nada de novo com vista ao desenvolvimento económico do Município, limitando-se sim a continuar investimentos que transitam do anterior executivo. Trata-se do mais baixo orçamento do poder local em Alcoutim e no entanto o que se prevê realizar é pouco mais que nada. Apresentam-nos um orçamento desequilibrado, onde as receitas correntes são de 6.634.244€ representando 82% e as receitas de capital 1.454.347€ sendo 18% do total do orçamento, enquanto as despesas correntes representam 74%, ou seja 6.012.975€, e as despesas de capital 2.075.616€, 26% do total das despesas. Nunca em 20 anos de governação PSD, um orçamento foi tão desnivelado em termos de receitas correntes e capital e despesas correntes e capital. No que diz respeito à receita, não percebemos como se limitam só a inscrever os valores respeitantes às receitas próprias, ao fundo de equilíbrio financeiro e aos poucos fundos comunitários que transitaram do anterior executivo. Senhor Presidente, também não percebemos porque se confinou à cadeira da presidência e não foi junto dos Ministérios, assegurar apoios em contratos programa, como o anterior executivo fez, como por exemplo, o antigo edifício das finanças e GNR e o edifício dos Paços do Concelho. Não percebemos ainda, que face à falta de receitas para realização de investimento, não solicitaram à tutela, uma melhor distribuição entre as transferências do estado para receitas correntes e capital. No capítulo da despesa: verificamos que as despesas correntes representam 74%, enquanto as despesas de capital apenas 26% do total do orçamento. Nunca no passado em gestão do PSD, tal aconteceu, haver uma discrepância tão grande entre despesas de funcionamento da própria Câmara e despesas de investimento. É aqui que se verifica a grande deficiência deste Orçamento. Denota-se uma governação sem capacidade de trazer esperança às pessoas, sem visão

estratégica, inovadora e com perspetivas de longo prazo. Em tempos de crise e quando se pede contenção, os gastos com o funcionamento atingem valores excessivamente altos e nunca antes vistos. A despesa é praticamente consumida pela gestão corrente. Em despesas com pessoal, o montante de 3.086.575€ representa 38,16% do orçamento, parece-nos excessivamente alto, comparando com 2014, mais 170.000€ e com menos sete funcionários, embora se preveja a entrada de mais sete. Em aquisição de serviços, 1 995 790€, ou seja 24,67% do orçamento, também nos parece exagerado, já que gastar em material de escritório 23.050€, prémios e ofertas 23.500€ comunicações (telefones e telemóveis) 80.250€, transportes 90.100€, publicidade 53.200€, vigilância e segurança 13.750€, assistência técnica (fotocopiadoras) 19.020€ e em outros trabalhos especializados 86.550€, são verbas muito elevadas que poderiam ser bastante reduzidas. Também em transferências correntes, gastar 700.200€ é um exagero, não percebemos como aumentam os subsídios a instituições sem fins lucrativos em aproximadamente 400.000€ e reduzem o apoio a famílias carenciadas em 100.000€. A ausência de investimento em obras, que consideramos prioritárias, com vista ao desenvolvimento económico do município e por sua vez à criação de emprego a curto prazo, deixam-nos pessimistas quanto ao futuro das gentes do concelho. Relativamente às grandes opções do plano para 2015, constatamos que não existem novos investimentos de referência, destacando-se apenas a conclusão do Lar de Martim Longo, a previsão de construção da ETAR dos montes do rio, o início da segunda fase da Avenida de Martim Longo e a previsão de reparação da ponte Mestras/Barroso. O texto que nos é apresentado, como as grandes opções do plano e proposta de orçamento para 2015 não apresenta uma visão estratégica para o futuro do concelho e que acaba gerido ao dia. Constatamos que em termos de: Abastecimento de água, verifica-se a ausência de investimento. Proteção do meio ambiente e conservação da natureza, considera-se ridículo realçar a recuperação de açudes e a aquisição de baldes e contentores, quando estas rubricas apresentam valores insignificantes; Cultura, desporto, recreio e lazer, ausência de qualquer investimento de referência, apresentando obras já concluídas como o Espaço Guadiana e a requalificação de espaços infantis; Industria e energia,

loteamento industrial, sendo uma das prioridades do senhor presidente, apresenta apenas a verba de 50€ para a construção de pavilhões e casa de habitação; Transportes rodoviários, verificamos que as verbas para a construção e reparação de estradas e arruamentos são pouco significativas face ao estado que algumas apresentam; A falta de estratégia política de desenvolvimento desta governação, confirma-se com a ausência de investimentos em áreas tão importantes, não se vislumbrando novas iniciativas, verificando-se uma total ausência de ideias. Concluimos assim: Numa altura em que se deve apoiar as famílias e apostar em investimentos com vista à criação de emprego a curto prazo, este orçamento não satisfaz as necessidades urgentes dos Alcoutenejos, ficando muito aquém de um orçamento razoável. Apresenta: Um elevado gasto que poderia ser mais contido, nomeadamente: Nas rubricas de transferências correntes e de capital, despender para subsídios e protocolos, 904.000€ que representam 11% do total do orçamento, no momento em que as famílias necessitam de respostas construtivas por parte do poder autárquico, a fim de enfrentar as dificuldades sentidas, reduzir o apoio de 150.000€ para 50.000€ às famílias carenciadas é caricato e uma má decisão política; Na rubrica de aquisição de bens e serviços; Um reduzido investimento em obras prioritárias com vista ao desenvolvimento económico; Um reduzido investimento em políticas de educação e ausência de novas ideias de apoio aos jovens definidas como prioridade; Falta de investimento em novas políticas de intervenção social; Perante o deficiente orçamento que nos é apresentado e que não cumpre com as pretensões e prioridades do PSD, iremos votar contar”.....

----- O vereador sr. Paulo Paulino interveio para explicar no seguimento da intervenção anterior, no que concerne à verba apresentada com os Açudes, que a Edilidade foi confrontada com uma situação “que os deixa preocupados” em relação aos mesmos, uma vez que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em reunião com o executivo permanente, veio informar que “existia obrigatoriedade de ter sido solicitado parecer para construção dos Açudes”, e que “na altura” não existiu esse pedido por parte do executivo. Findou referindo que houve a pronúncia da Administração da Região

Hidrográfica do Algarve (ARH), mas não do ICNF, sendo esse parecer vinculativo. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para questionar se o sr. Vereador tem conhecimento que os Açudes foram construídos com a concordância/articulação com a ARH ou não?, dado que *“estamos a falar”* de uma matéria que foi financiada e tem procedimentos a seguir, e *“depois não vá querer que uma obra do passado se adapte à legislação de hoje”*. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino interveio para adiantar que a legislação já existia anteriormente em 2012, e que devia ter sido pedido um parecer ao ICNF, *“tanto mais que a APA, antiga ARH,”* encontra-se no momento a solucionar o problema. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para questionar se o Sr. Vereador considera que as entidades competentes, no que concerne à construção dos Açudes *“não se pronunciaram como deviam”*? -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que o ICNF não se pronunciou sobre o assunto, e que no momento *“afirmam”* que existem dois polos de reprodução do Saramugo, na zona de Bentos, Galachos e Várzea, bem como que deveria existir uma comporta que permitisse a subida/descida dos respetivos peixes. Deu nota igualmente que a não existência de parecer na altura *“coloca em causa o financiamento e a permanência dos Açudes, podendo ser devolvidas verbas”*. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente para mencionar *“que não coloca em causa a interpretação”* do sr. vereador, voltando de seguida a ler o texto sobre a proteção do meio ambiente e conservação da natureza, por considerar ridículo os valores insignificantes que as rubricas apresentam, sobre a recuperação dos Açudes. Questionou ainda a razão pela qual as rubricas com valores de € 50,00 (cinquenta euros) não virem realçadas no relatório, dado que *“os senhores colocam coisas, como referi no texto/análise lido anteriormente que já não vão ter custos nenhuns em 2015”*. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos Srs. Vereadores José Carlos Pereira e Dr^a Dalila Barros, aprovar os referidos documentos e remete-los para a Assembleia

Municipal nos termos do artigo 25.º n.º 1 alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Miguel Vitorino Dias, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário